

ATA - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA Nº 99 / 2025

Data: 28/11/2025

Local: Sala de Reunião do CAMARAGIBEPREV

Participantes:

Membros do Comitê de Investimentos:

- Lucas Correia de Andrade;
- Cláudia Patrícia Fernandes de Medeiros;
- Daniele da Silva Ferreira;
- Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes;
- Tiago José de Sant'Ana Neto;

Membros do Conselho Deliberativo:

- Cristiani Maria de Lima;
- Eduardo Belmiro dos Santos;
- Dimary França Braga de Araújo;
- Elis Regina Souza de Moura;
- Maria Josefa da Conceição.

Pela Gerência Administrativa e Financeira:

- Daniela Cristina Vasconcelos de Araújo Rodrigues

Pelo Conselho Fiscal:

- Marcos Eduardo Bezerra de Lima.

Convidados Presentes:

- Marco Aurélio (Diretor Comercial - Grupo NUI);
- Gutemberg Peixoto (Especialista em Investimentos – Grupo NUI).

Membros Ausentes:

- Não houve.

Presidente do Comitê de Investimentos: Lucas Correia de Andrade

Havendo o número legal, o senhor Presidente Lucas Correia de Andrade declarou abertos os trabalhos, agradecendo a presença de todos e apresentando os itens pautados a seguir: **1. Considerações preliminares.** Inicialmente, a Sra. Maria Amélia destacou o desempenho do instituto frente ao IGM-PREV 2024, divulgado pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, ressaltando que o Camaragibeprev alcançou a 7ª posição no *ranking* estadual, integrando o seletor grupo de 11% dos RPPSs classificados na faixa B. Tal conquista foi atribuída ao esforço conjunto da gestão direta, dos conselhos e do comitê de investimentos. Ela pontuou, ainda, que 2025 foi marcado, principalmente, pela transformação do fundo previdenciário em autarquia e pelo atingimento da meta atuarial. Dando continuidade, o Sr. Lucas enfatizou que a Política de Investimento (PI) para 2026 reflete a maturidade do trabalho executado, contando com o suporte técnico da NUI Consultoria. Um exemplo foi a compra direta de 210 milhões em Títulos Públicos Federais (TPF). Pede a palavra o sr. Marco Aurélio, diretor comercial da NUI consultoria. Parabenizou o Camaragibeprev pelo compromisso, pela luta que vem travando e trazendo bons resultados. Afirmou que a compra direta de títulos públicos exige muita postura e parabeniza a todos. Realizadas as considerações iniciais e feitos os agradecimentos, passou-se para o item seguinte da pauta. **2. Apresentação, discussão e aprovação da Política de Investimentos para o exercício de 2026 do Camaragibeprev.** O Sr. Gutemberg, especialista em investimentos da consultoria NUI, inicia a sua fala cumprimentando a todos e expressando a imensa satisfação em poder apresentar os estudos que culminaram na PI do exercício de 2026 do instituto. Ressaltou que o documento foi elaborado em conformidade com as exigências legais previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, na Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, bem como nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Banco Central do Brasil, e nas Notas Técnicas da SPREV/MPS, além dos normativos internos do próprio Camaragibeprev. Afirmou ainda que a elaboração da PI levou em consideração cenários projetados pelo mercado, com base no Relatório Focus do Banco Central datado de 03/10/25 e nas análises realizadas pela equipe da NUI

Consultoria. Explicou que a sequência da apresentação exibirá informações relacionadas aos percentuais de alocação; ao racional utilizado e à metodologia aplicada ao estudo. Com relação à meta atuarial para o ano de 2026, fixou-se em IPCA + 5,59% a.a (taxa de juros reais) com base no estudo atuarial que foi contratado pelo instituto. No que tange ao cenário doméstico, afirmou que a expectativa do mercado é de queda da taxa Selic para 2026. O sr. Eduardo Belmiro questiona como se processou a compra de títulos públicos pelo Comitê de Investimentos. O Sr. Marco Aurélio explica que os bancos compram TPF, guardam em tesouraria, montam os fundos de investimentos e cobram uma taxa de administração para os RPPSs. Com a aquisição direta, o instituto economiza o custo dessa intermediação e, considerando o valor expressivo das compras realizadas ao longo de 2025, a economia estimada para o Camaragibeprev será de aproximadamente R\$ 8 milhões nas taxas bancárias. A Sra. Maria Amélia complementou assegurando que o processo envolveu rigorosa cotação para a escolha da instituição custodiante e àquela que ofertasse as melhores taxas. Na sequência, o Sr. Gutemberg após especificar as expectativas de retorno dos investimentos para o ano de 2026, passou a detalhar o quadro de percentuais de alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, aplicações no exterior e em fundos estruturados. Importante ressaltar que a PI 2026 não autoriza alocações em ativos voltados a fundos imobiliários e a empréstimos consignados. Com relação aos cenários de retorno dos investimentos para o período, o sr. Gutemberg descreve três cenários, quais sejam: um cenário otimista, com saldo final estimado em R\$ 661,9 milhões, refletindo uma rentabilidade de 16,13%; um cenário base ou realista, com um montante de R\$ 645,5 milhões, rentabilidade de 13,26% e, por fim, um cenário pessimista, com foco nos riscos, trazendo o saldo final de R\$ 632,5 milhões, com taxa de R\$ 10.99%. No que tange ao quadro apresentado sobre o segmento de renda fixa, o Sr. Lucas solicita ao sr. Gutemberg que esclareça o que representam as colunas que tratam sobre os limites de alocação inferior, superior e o estratégico registrados na tabela em análise. O sr. Gutemberg, utilizando como exemplo os investimentos de títulos públicos federais, explica: como limite inferior, tem-se um percentual de 10%, que

representaria o percentual mínimo da carteira nesse ativo, podendo alcançar o limite superior de 90%, conforme legislação vigente. Já a proposta referente ao percentual estratégico recomendado para o exercício de 2026, abalizada em estudos de risco, retorno e liquidez e considerando ainda o percentual atual da carteira de 39,14, é de 45%. A Sra. Cláudia Patrícia encerrou as considerações destacando que essa flexibilidade nos limites de alocação é essencial para que o instituto se ajuste às oscilações do mercado e às possíveis mudanças na legislação vigente, garantindo a resiliência da carteira frente aos cenários doméstico e externo. Concluído esse item da pauta, segue-se para o próximo. **3. Deliberações:** Finalizada a fase de debates, a Sra. Maria Amélia submeteu a matéria à apreciação do Conselho Deliberativo. Após as manifestações individuais de seus membros, a Política de Investimento para o exercício de 2026 foi **aprovada por unanimidade**. **4. Considerações finais:** Ratificando o compromisso com a solidez e a transparência da gestão previdenciária, a sra. Maria Amélia declara encerrada a reunião.

Responsável pela elaboração da ata: Cláudia Patrícia Fernandes de Medeiros

SERVIDORES PRESENTES À REUNIÃO

Cláudia Patrícia Fernandes de Medeiros	
Daniele da Silva Ferreira	
Lucas Correia de Andrade	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p>gov.br LUCAS CORREIA DE ANDRADE Data: 23/01/2026 12:25:35-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>

Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes	
Tiago José de Sant'Ana Neto	 <p>Documento assinado digitalmente TIAGO JOSE DE SANTANA NETO Data: 23/01/2026 13:44:34-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>
Cristiani Maria de Lima	 <p>Documento assinado digitalmente CRISTIANI MARIA DE LIMA Data: 23/01/2026 14:47:08-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>
Dimary França Braga de Araújo	
Elis Regina Souza de Moura	
Eduardo Belmiro dos Santos	 <p>Documento assinado digitalmente EDUARDO BELMIRO DOS SANTOS Data: 23/01/2026 14:25:19-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p>
Maria Josefa da Conceição	
Daniela Cristina Vasconcelos de Araújo Rodrigues	
Marcos Eduardo Bezerra de Lima	